Coelce. Procon Fortaleza ajuíza ação contra reajuste

Órgão classifica como abusivo o aumento de 13,64% aplicado pela distribuidora aos usuários de baixa tensão; OAB-CE, Defensoria Pública, Decon-CE e Procon Assembleia também preparam ação

O Procon Fortaleza ajuizou ontem ação civil pública na Justiça Federal contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Companhia Energética do Ceará (Coelce). O órgão de defesa do consumidor classifica como abusivo o aumento de 13,64%, aplicado aos usuários de baixa tensão desde o dia 22 de abril. O Procon quer que a Justiça determine o ressarcimento nas contas que sofreram o reajuste e já foram pagas.

A diretora do Procon Fortaleza, Cláudia Santos, destaca que o reajuste supera em 4,3 pontos percentuais a inflação dos últimos doze meses, fixada em 9,34% pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). "O consumidor é a parte mais frágil e vulnerável na relação de consumo. É por isso que estamos recorrendo ao Poder Judiciário para garantir os direitos conquistados pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC)".

O órgão afirma que as informações encaminhadas pela Coelce não têm elementos que justifiquem o reajuste da tarifa. Na ação, a Aneel foi citada, já que a agência reguladora é a responsável por determinar os índices máximos de reajustes das empresas de energia elétrica. A Coelce é a terceira empresa mais reclamada no Procon Fortaleza, contabilizando 762 atendimentos em 2015 - 107% a mais em relação ao ano anterior.

ECONOMIA

ATRASOS EM OBRAS

Coelce tem mais de R$ 19 mi em multas

ECONOMIA

SERVIÇO DA COELCE EM 2015

Consumidor passou 12,27 horas sem energia

Além do preço pago pela energia, qualidade do serviço da Coelce também causa transtornos aos cearenses

A distribuidora informa que não foi notificada oficialmente sobre a ação civil pública. "Sobre o reajuste tarifário, a Coelce informa que enviou esclarecimentos para o Procon no dia 29 de abril, dentro do prazo solicitado pelo órgão. A companhia esclarece que é uma empresa regulada e o reajuste tarifário é definido pela Aneel, segundo as regras estabelecidas na legislação e no contrato de concessão", declara a distribuidora.

Assembleia

Hoje ocorrerá uma reunião do grupo formado pelo Ministério Público Estadual (Decon-CE), Procon da Assembleia Legislativa, Defensoria Pública do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil para definir sobre outra ação civil pública com pedido de liminar contestando o reajuste na conta de luz do cearense. A expectativa é que a ação seja ajuizada até o final da semana junto à Justiça Federal.

A ação pedirá a suspensão imediata do resquício da revisão tarifária, correspondente a 3,57%, do ano passado que foi incorporado ao reajuste de 2016 pela Aneel. (colaborou Átila Varela)

Saiba mais

Reajuste

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou no dia 19 de abril o reajuste nas tarifas cobradas pela Companhia Energética do Ceará (Coelce). Para os consumidores residenciais (baixa tensão), o aumento foi de 13,64% e para as indústrias (alta tensão), de 11,51%. O reajuste médio alcançou de 12,97%. A Coelce tem 3,4 milhões de unidades consumidoras no Ceará

Aneel

Em março a Aneel suspendeu o contrato de fiscalização que tinha com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará (Arce). A ação se deveu ao corte do orçamento do órgão autorizado pelo até então governo. Os valores em convênios somam cerca de R$ 800 mil.

Qualidade

Segundo especialistas, A suspensão do contrato de fiscalização entre a Aneel e a Arce pode acarretar na queda da qualidade do serviço prestado pela Coelce

Zelotes

PF indicia André Gerdau e outros 18

A Polícia Federal indiciou ontem o presidente da Gerdau, André Gerdau, e outras 18 pessoas investigadas pela Operação Zelotes. Eles deverão responder pelos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, entre outros.

Com o pedido, a PF finaliza o inquérito aberto para apurar a atuação do grupo junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A PF constatou que, mesmo após a deflagração da Zelotes, a Gerdau continuou praticando crimes, entre eles de advocacia administrativa. Os investigadores estimam que o grupo, com atividade em 14 países, tenha tentado sonegar R$ 1,5 bilhão, pagando propina a integrantes do Carf.

A Gerdau informou que nenhum de seus executivos jamais "prometeu, ofereceu ou deu vantagem indevida a funcionários públicos para que recursos em trâmite no Carf fossem ilegalmente julgados em seu favor". Acrescenta que parte dessas ações sequer foram julgadas pelo colegiado. (da Folhapress)